

REFLEXÃO SOBRE CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO PARA A CIDADE ALTA - CENTRO HISTÓRICO DE NATAL: TOMBAMENTO E CONFLITOS.

VIEIRA, Natália Miranda; NASCIMENTO, José Clewton do; MEDEIROS, Elaine Albuquerque de;

MEDEIROS, Ismara do Carmo

Contato: vieira.m.natalia@gmail.com

Linha de Pesquisa: Projeto de Arquitetura

INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Norte possui relevante patrimônio cultural que, muitas vezes, não é reconhecido devido ao tempo de formação de algumas de suas cidades e, consequentemente, pouca efetividade na sua preservação. Diante da grande dilapidação sofrida por este patrimônio, o legado ainda existente entre nós necessita de ações urgentes.

O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico formalmente delimitado como 'Centro Histórico de Natal', compreendendo os bairros da Cidade Alta e parte da Ribeira, é oficialmente patrimônio nacional. A proposta de tombamento, foi aprovada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 9 de dezembro de 2010. Apesar das intervenções contemporâneas incorporadas ao longo dos anos, o IPHAN avaliou que a representatividade histórica da área que deu início à cidade ainda conserva conjuntos que justificam a necessidade da sua preservação.

Tal reconhecimento também se fundamenta nas iniciativas de proteção e intervenção arquitetônica e urbanística em âmbito municipal existentes desde a década de 1980 e que são representadas, principalmente pelos instrumentos urbanísticos e alguns programas de reabilitação aplicados à área. Entre os instrumentos destacam-se a Lei 3.942 /90, que delimita a Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH) e que envolve importantes frações dos bairros da Cidade Alta e Ribeira, e a lei de Operação Urbana Ribeira instituída em 1997 e revisada em 2007 (Lei 079/ 2007). Atualmente encontra-se em discussão (executivo e sociedade) a ampliação da área de Operação Urbana da área central do município, agora definida como Operação Urbana Consorciada (OUC), que envolve não apenas os bairros da Ribeira e Cidade Alta, incluindo a ZEPH, mas também o bairro das Rocas, Santos Reis e as faixas litorâneas da região leste.

Apesar da existência das iniciativas locais referidas há mais de 20 anos, o anúncio do tombamento de um

perímetro do centro histórico de Natal pelo IPHAN, encheu de ares otimistas as expectativas de uma maior proteção do seu sítio histórico. Nesta perspectiva, a proposta que aqui se coloca é a reflexão acerca das consequências de uma delimitação que estabelece um perímetro tombado e sua respectiva área de entorno para a efetiva preservação do conjunto. Quais os valores que desejam preservar através dessa delimitação? Quais as diferenças entre um projeto arquitetônico de intervenção no perímetro tombado e na área de entorno? A delimitação destes perímetros dão conta dos valores de se desejam preservar? Quais as consequências para as edificações e traçado urbano que faz parte da área de entorno?

A partir deste trabalho, será possível revelar problemas e potenciais vinculados à prática cotidiana da área, realizando uma ação que propiciará a ampliação do (re)conhecimento e valorização do conjunto tombado. Urge a necessidade de reflexão em torno da representatividade da área para a identidade cultural da cidade como um todo e de estratégias práticas de intervenções neste patrimônio que levem em conta tanto a condição específica de patrimônio tombado quanto a necessidade de adaptação às condições contemporâneas.

Esta pesquisa auxiliará nas reflexões desenvolvidas nas disciplinas da graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo que lidam com a questão da preservação patrimonial.

Buscamos, assim, ampliar as condições para que o recente tombamento do sítio histórico de Natal leve a sua efetiva conservação.

OBJETIVOS

Geral:

Refletir sobre a efetividade da delimitação de um perímetro tombado e sua área de entorno para a



conservação de um conjunto urbano de reconhecido valor patrimonial.

Específicos:

Identificar os valores patrimoniais que o processo de tombamento do IPHAN pretendeu preservar. Analisar projetos de intervenção aprovados pelo IPHAN e realizados na Cidade Alta, tanto dentro do perímetro tombado quanto na área de entorno. Formular diretrizes para o estabelecimento de critérios de intervenção no patrimônio construído da Cidade Alta.

METODO

A proposta é iniciar a pesquisa através da leitura detalhada do processo de tombamento do centro histórico de Natal, observando toda a documentação do IPHAN-RN relativa a esse processo e identificando os valores patrimoniais destacados por esta documentação como os que motivaram o reconhecimento da área como patrimônio nacional.

Também será realizada uma pesquisa teórica sobre critérios de intervenção no patrimônio edificado (DE GRACIA, 1992; TIESDELL, OC, HEATH, 1996), sobre preservação de conjuntos urbanos de valor patrimonial e sobre identificação de valores (VIEIRA, 2008).

Após essa observação, delimitaremos um trecho do bairro da Cidade Alta que inclua áreas “dentro” e “fora” do perímetro tombado. Para esta área delimitada, faremos um levantamento dos processos constantes no IPHAN-RN de pedidos de reformas/modificações/modernizações observando como os mesmos foram analisados pelo referido órgão. Estas intervenções também serão analisadas a luz da teoria da restauração e das discussões contemporâneas sobre intervenção no patrimônio edificado de valor patrimonial (BRANDI, 2002; VIEIRA, 2005; KÜHL, 2009; KÜHL, 2007; entre outros).

Finalmente, pretendemos refletir sobre a adequação do perímetro tombado estabelecido, relacionando-o com os valores que se pretendia preservar e sobre os critérios de intervenção a serem adotados para o perímetro tombado e área de entorno.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, desde a década de 1920, observa-se uma movimentação no sentido de se construir uma legislação que se destine à preservação patrimonial através de tentativas tanto no âmbito do governo federal quanto dos governos estaduais, especialmente Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Sem o apoio de uma legislação federal, entretanto, não era possível aos estados assegurar a proteção de seu patrimônio (VIEIRA, 2000). Após vários movimentos importantes em busca deste apoio federal, finalmente, em 30 de novembro de 1937, a partir do anteprojeto desenvolvido por Mário de Andrade a pedido do então ministro da educação, Gustavo Capanema, é promulgado o Decreto-lei nº. 25 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. A primeira tarefa realizada foi exatamente a confecção do anteprojeto de lei federal que foi encaminhado em 23 de julho de 1936. Após um longo debate político, finalmente, em novembro de 1937, é promulgado o Decreto-lei nº. 25 (MEC/SPHAN/PróMemória: 1980). Fonseca (1997, p. 114) pondera que o objetivo central do Decreto-lei era garantir ao órgão nascente meios legais para atuação no campo da questão da propriedade, algo extremamente complexo.

Não há dúvidas de que a instituição do instrumento do tombamento em 1937 se constituiu em um importante e pioneiro movimento no sentido de estabelecer ferramentas operacionais que garantissem a efetividade da preservação patrimonial. No entanto, passados 75 anos, após todas as reflexões e revisões teóricas acerca da preservação patrimonial que temos vivenciado ao longo desses anos, podemos dizer que é, no mínimo, estranho que o órgão federal de preservação permaneça tendo como principal instrumento ainda o mesmo Decreto-lei nº25/37.

O processo de tombamento do Centro Histórico de Natal é composto por três volumes e mais de 300 páginas, contendo entre outras coisas o levantamento técnico realizado para subsidiar a proposta de tombamento. Os estudos foram realizados pela equipe técnica do IPHAN/RN, que utilizou a metodologia do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos (INBI-SU) do Departamento de Documentação do IPHAN. Segundo o documento do processo de tombamento, a motivação para o mesmo apoia-se sob o fato de que a área que se encontra dentro da poligonal de tombamento possui:

[...] significativa concentração de edificações de expressão. [...] com alguns remanescentes da arquitetura modesta [...] e que precisam ser urgentemente ser preservados. Este conjunto, que



concentra edificações históricas, de expressão e modestas, são os objetos de arte da cidade, caracterizadores do tecido urbano em que se encontram, contando parte significativa da sua história, merecendo por isso serem preservados” (IPHAN, 2008.).

Já a definição da poligonal de tombamento, segundo o mesmo documento, utiliza como embasamento a definição de Sítio Histórico Urbano expresso na Carta de Petrópolis, de 1987 (CURY, 1995), com o objetivo de [...] selecionar a “área crítica” da cidade que melhor concentra a história de Natal – o seu núcleo urbano inicial -, e que ainda conserva os testemunhos históricos, seja no traçado urbano, na divisão de lotes, na conformação dos logradouros, no tratamento dos espaços livres, na sua arquitetura etc (IPHAN, 2008).

Diante das primeiras observações a respeito desse processo e da aplicação do instrumento do tombamento, podem-se destacar algumas inquietações. Uma delas refere-se ao fato de que, após dois anos da aprovação do pedido de tombamento do sítio de Natal, o mesmo encontra-se ainda sem nenhuma legislação específica que regulamente e trace diretrizes de intervenção e diferenciação de projetos arquitetônicos para a área tombada e para a área de entorno.

Defende-se aqui que o projeto arquitetônico e urbanístico em áreas e edifícios de valor patrimonial deve estar indissociavelmente ligado à reflexão sobre as contribuições da teoria da restauração para que possamos alcançar uma prática de efetiva valorização da autenticidade e integridade de nosso patrimônio edificado. Kühl (2007, p.23) alerta para este aspecto:

[...] Existe um vasto instrumental teórico que pode fundamentar uma preservação social e culturalmente responsável, baseado em pelo menos dois séculos (...) de formulações teóricas e experiências sistemáticas na prática que conduziram às atuais vertentes sobre a preservação de bens culturais, e que consolidaram a restauração como campo disciplinar autônomo há um século [...].

A autora ressalta ainda o importante papel exercido pela criatividade em projetos arquitetônicos de restauro e denuncia a falta de preparo e de tradição em crítica e teoria por parte de muitos arquitetos que as consideraram “obscenidades sem sentido e utilidade.”

[...] Restaurar não é voltar ao estado original, nem a um estágio anterior qualquer da história do monumento, nem refazer imitando estilos do passado...que infelizmente ainda marca a postura de muitos arquitetos sobre o assunto; o restauro não é mera operação técnica sobre a obra – deve ser necessariamente um ato crítico antes de se tornar

operacional; projeto e criatividade fazem parte do restauro (KÜHL, 2009, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretende, então, contribuir para a discussão da prática preservacionista no centro histórico de Natal através da discussão específica sobre as particularidades de um projeto arquitetônico inserido em área de valor patrimonial.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao IPHAN-RN pelo trabalho em parceria que estamos procurando desenvolver através de atividades conjuntas e troca de informações com o objetivo comum de reforçar as ações de preservação do centro histórico de Natal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MEC/SPHAN/PróMemória. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.

MEC/SPHAN/PróMemória: 1980, 196p.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Coleção Artes & Ofícios, n. 5. 261p.

CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, IPHAN, 1995.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 282p.

DE GRACIA, Francisco. Construir en lo construído - la arquitectura como modificación. Madrid: Editora Nerea S.A., 1992. 323p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 1997. 316p.

IPHAN, 2008. Estudo para o tombamento do Centro Histórico de Natal – Volume I.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009. v. 1. 328 p.

_____. Restauração hoje: método, projeto e criatividade. Desígnio (São Paulo), v. 6, p. 19-34, 2007.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. Revitalizing Historic Urban Quarters. Oxford: Architectural Press, 1996. 234p.



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFPA

VIEIRA, Natália Miranda. O lugar da história na cidade contemporânea. Bairro do Recife x Pelourinho. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Salvador: UFPA, 2000. 254p.

VIEIRA, Natália Miranda. A Discipline in the making: Restoration Classics Revisited. In: City & Time 1 (1): 1. [online] URL:<http://www.ct.ceci-br.org>, 2005.

VIEIRA, Natália Miranda. Gestão de Sítios Históricos: a transformação de valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 363p.

